



CURSO DE PSICOLOGIA

ALANA CAROLINA FREITAS SILVA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA ESCOLA: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

**VILHENA
2020**

ALANA CAROLINA FREITAS SILVA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA ESCOLA: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Psicologia da Faculdade da Amazônia(FAMA) como requisito para obtenção do título de bacharel em Psicologia

Orientador: Prof. Me. Guilherme Tomas de Santana Junior

**VILHENA
2020**

Mantenedor: INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA S/C LTDA-ME - IESA.
Rua: Walisson Junior Arrigo, nº 2043 - Cristo Rei – Cep: 76.983-496
Vilhena/RO (69) 2101-0850 Site: www.fama-ro.com
CNPJ: 04.398.722/0001-05

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

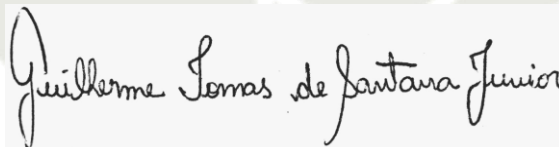
Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, na sala virtual da plataforma Google Meet, às 15h00min, a acadêmica **Alana Carolina Freitas Silva** do Curso de **PSICOLOGIA** dessa instituição, realizou a defesa de seu TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “**Inclusão de crianças com autismo na escola: uma revisão de literatura**” na presença da Banca Examinadora formada pelo professor mestre **Guilherme Tomas de Santana Junior** (Orientador e Presidente da banca), professor especialista **Raul Camilo Guimarães Garcia** (1º membro) e professora especialista **Maria Rosa de Oliveira** (2º membro).

O trabalho foi julgado **aprovado**, com nota: 8,0 (oito).

Alterações ou observações: (X). Sim (___). Não

E por não haver nada mais a tratar, foi lavrada esta ata que será assinada pelos presentes.

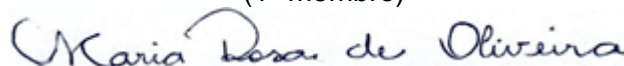
BANCA EXAMINADORA



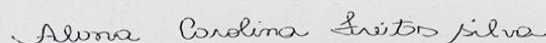
Prof. Me. Guilherme Tomas de Santana Junior
(Presidente - orientador)



Prof. Esp. Raul Camilo Guimarães Garcia
(1º membro)



Profa. Esp. Maria Rosa de Oliveira
(2º membro)



Alana Carolina Freitas Silva
(Acadêmica)

Dedico este trabalho a todas as crianças autistas, para que a inclusão seja prioridade nessa nova era da educação inclusiva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar perseverança durante toda a minha vida.

Aos meus pais, pelo apoio e incentivo que serviram de alicerce para as minhas concretizações.

Ao meu querido marido, Alexandre, por seu amor incondicional e por compreender minha dedicação durante todo este período do curso, especialmente durante a escrita deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Guilherme pelas preciosas contribuições dadas durante todo o processo.

A todos os meus amigos do curso de graduação, que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com espírito colaborativo.

Por fim, agradeço à Faculdade da Amazônia e ao seu corpo docente, que sempre demonstraram compromisso com a qualidade e excelência do ensino.

Todo autista é uma estrelinha azul que nasceu para brilhar, nesse lindo planeta azul, chamado Terra. Porém, compete a todos nós, mediarmos os saberes necessários ao seu desenvolvimento.

Simone Helen Drumond Ischkanian

RESUMO

A inclusão é um tema que demanda por muita discussão, em se tratando de crianças com autismo, pois além de cada TEA possuir suas peculiaridades existem poucos estudos na área por isto se faz ainda mais necessário. O presente trabalho de conclusão de curso apresenta uma revisão de literatura realizada na plataforma de periódicos científicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) com objetivo de compreender como acontece a inclusão de crianças autistas. Após a seleção do material a ser utilizado procedeu-se a análise do mesmo. Conclui-se que o profissional de Psicologia é de suma importância nos diversos contextos, especialmente para a inclusão, que tem como critério uma educação mais justa e igualitária para uma educação menos segregada e institucionalizada por isto a importância desta temática que engloba crianças dentro do Transtorno do Espectro Autista.

Palavras-chave: Inclusão Autismo Psicologia.

ABSTRACT

Inclusion is a topic that demands a lot of discussion, when it comes to children with autism, because in addition to each TEA having its peculiarities there are few studies in the area so it is even more necessary. The present course conclusion paper presents a literature review carried out on the scientific journals platform of the Coordination for the Improvement of Higher Education (CAPES) in order to understand how the inclusion of autistic children happens. After selecting the material to be used, it was analyzed. It is concluded that the professional of Psychology is of paramount importance in the different contexts, especially for inclusion, which has as a criterion a more just and equal education for a less segregated and institutionalized education. For this reason, the importance of this theme that includes children within the Disorder of the Autistic Spectrum.

Keywords: Inclusion Autism Psychology.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	METODOLOGIA	10
2.1	TIPO DE ESTUDO	10
2.2	COLETA DE DADOS	10
2.2.1	Inclusão:	10
2.2.2	Exclusão:	10
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
4	RESULTADOS	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

Estudantes com deficiências ou transtornos de aprendizagem tem o direito de um ensino com qualidade que respeite suas limitações. Rocha *et al* (2019) afirma que a partir dos anos de 1950, se torna marcante o crescimento no número de leis e conferências referentes aos serviços de saúde para o atendimento às crianças com deficiência e transtornos mentais. Dentre essas está a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança do Adolescente de 1990, que asseguram os direitos e obrigações quanto aos cuidados de saúde, exemplificam isso. Uma grande conquista dentro desse meio é a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que teve como principal elemento o respeito pela dignidade, autonomia e independência dessas pessoas, e que tem em seus fundamentos a valorização da não discriminação e a inclusão na sociedade.

Esse fato internacional inspirou a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, que tem como objetivos assegurar e promover condições igualitárias para essas pessoas. Em tempos atuais essas políticas públicas fazem valer o direito desses serviços de assistência para esse público, incluindo pessoas com TEA - Transtorno do Espectro Autista. De acordo com a quinta edição do Manual de Classificação Estatística dos Transtornos Mentais DSM-5 (APA, 2013), os TEA, são classificados como transtornos do neurodesenvolvimento que acometem em diferentes níveis as habilidades/interação assim como a comunicação social e comportamentos estereotipados, sendo esse último marcado por interesses peculiares e padrões de comportamentos repetitivos. Pela dimensão das áreas de desenvolvimento acometida nos TEA, observa-se comprometimento em sua maioria severo do funcionamento adaptativo dessas crianças.

De acordo com Souza e Ganda (2018) o TEA é um dos distúrbios que mais aumentaram nos últimos anos, esse mesmo é caracterizado como um transtorno global do desenvolvimento e seus sintomas mais comuns são: dificuldade para interagir com pessoas fora de seu círculo social, dificuldade ou atraso na linguagem, comportamentos rígidos e estereotipados, entre outros. A importância do diagnóstico precoce é primordial, pois ficara mais fácil uma evolução dessa pessoa entendendo suas peculiaridades. No geral, esse diagnóstico é observado e feito logo que se começa a infância, até os três anos de idade.

No Brasil, por inúmeros motivos, as iniciativas por parte do governo com relação ao acolhimento das pessoas diagnosticadas com TEA (Transtorno do Espectro Autista) se manifestaram tardiamente. Somente no século XXI quando foram surgindo políticas públicas para a saúde mental dessas crianças e adolescentes, antes disso, essas pessoas só conseguiam

ser atendidas por instituições de caridade, um exemplo é a Associação Pestalozzi e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ou mesmo por instituições que os familiares dessas pessoas com autismo criavam que não mantinham relação governamental (OLIVEIRA et al., 2017).

A partir destas considerações perguntamos como ocorre a inclusão de crianças com Autismo na escola?

Esse trabalho teve como objetivo geral compreender como acontece a inclusão de crianças com autismo. E como objetivos específicos: identificar os estudos que se apresentam na literatura e caracterizar e analisar tais estudos.

Para isto empregamos uma pesquisa bibliográfica de base qualitativa realizada na plataforma de periódicos científicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE ESTUDO

O progresso desse estudo teve como base uma revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa, o que abarca artigos que tratam do tema exposto e principal intuito fazer com que o pesquisador compreenda e perceba tudo que envolva o tema pesquisado.

Foi composto por artigos que apresentam relação com o tema abordado MINAYO(2017) retrata que a pesquisa qualitativa, usando-se a linguagem de Kant, busca a “intensidade do fenômeno”, ou seja, trabalha muito menos preocupada com os aspectos que se repetem e muito mais atenta com sua dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas. O terceiro aspecto é que, ao reconhecer sua distinção em relação aos métodos quantitativos, a abordagem qualitativa não está isenta de parâmetros e normas que possam dar-lhe status de cientificidade.

2.2 COLETA DE DADOS

As fontes de todas as informações utilizadas são as ferramentas que contribuem para as repostas satisfatória perante as formulações que surgem no decorrer da investigação, dessa maneira para o prosseguimento desse trabalho foi feita uma revisão bibliográfica, na plataforma de dados Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com os descritores: Educação infantil, Autismo, Psicologia.

Depois de reunidos todos os dados, realizamos uma caracterização dos estudos apresentados, e por fim, uma análise apresentando os principais achados da pesquisa.

A seleção dos artigos considerou os seguintes parâmetros:

2.2.1 Inclusão:

- a) Artigos publicados no período de 2010 a 2020;
- b) Somente artigos em língua Vernácula;
- c) Revisado por pares.

2.2.2 Exclusão:

- a) Artigos em língua inglesa;
- b) Antecedentes ao ano de 2010 e posteriores ao ano de 2020;
- c) Temática diferente do que foi proposto.

Neste Caso a separação dos estudos foram feitas em três etapas:

1ª etapa- leitura dos títulos;

2ª etapa-leitura dos resumos dos artigos;

3ª etapa- leitura dos artigos na integra.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A partir da pesquisa feita no portal de Periódicos Científicos da CAPES através dos descritores: Educação infantil-Autismo-Psicologia, foram encontrados 78 artigos, quando filtrados por ano; somente artigos em português e por pares ficaram 47 e por seguinte feito uma leitura dos resumos dos mesmo sobraram 21, porém, foram selecionados ao final por meio da leitura integral dos artigos aqueles 13 estudos que possuíam relação com o tema, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 1. Artigos selecionados na revisão.

Título	Ano	Estado	Autoria	Revista
Inclusão do Aluno Autista na Educação Infantil: Um Relato de Caso.	2018	Minas Gerais	Maira Souza; Danielle Ribeiro Ganda	Psicologia e Saúde em Debate
Comunicação e transtornos do espectro do autismo: análise do conhecimento de professores em fases pré e pós-intervenção	2014	São Paulo	Andréa Regina Nunes Misquiatti; Maria Claudia Brito; Jéssica dos Santos Ceron; Priscila PiassiCarboni; Ana Gabriela Olivati	Cefac
Associações entre Sinais Precoces de Autismo, Atenção Compartilhada e Atrasos no Desenvolvimento Infantil	2015	Brasília	Lívia da Conceição Costa Zaqueu; Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira; Universidade Presbiteriana Mackenzie; Felipe Alckmin-Carvalho; Universidade de São Paulo; Cristiane Silvestre de Paula; Universidade Presbiteriana Mackenzie	Psicologia :Teoria e Pesquisa
Avaliação de Treino de Controle do <i>Stress</i> para Mães de Crianças com Transtornos do Espectro Autista	2015	Porto Alegre	Glória de Fátima Araújo Moxotó; Lucia Emmanoel Novaes Malagri;	Psicologia:Reflexão e Crítica

continua

Protocolo de Avaliação de Crianças com Autismo: Evidências de Validade de Critério	2015	Brasília	Daniela Fernandes Marques; Cleonice Alves Bosa	Psicologia: Teoria e Pesquisa
Sobrecarga familiar e crianças com transtornos do espectro do autismo: perspectiva dos cuidadores	2015	São Paulo	Andréa Regina Nunes Misquiatti; Maria Cláudia Brito; Fernanda Terezinha Schmidt Ferreira; Francisco Baptista Assumpção Júnior	Cefac
O perfil da população infantil com suspeita de diagnóstico de transtorno do espectro autista atendida por um Centro Especializado em Reabilitação de uma cidade do Sul do Brasil	2019	Rio de Janeiro	Carla Cecília Rocha; Sara Mariane Velasques de Souza; André Felipe Costa; João Rodrigo Maciel Portes	Physis: Revista de Saúde Coletiva
Desafios no diagnóstico de dupla excepcionalidade: um estudo de caso	2016	Lima	Daniela Vilarinho-Rezende; Denise de Souza Fleith; Eunice Maria Lima Soriano Alencar; Universidade de Brasília	Revista de Psicologia (PUCP)
Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação	2017	Rio de Janeiro	Bruno Diniz Castro de Oliveira; Clara Feldman; Maria Cristina Ventura Couto; Rossano Cabral Lima;	Physis: Revista de Saúde Coletiva
Representações sociais de professores sobre o autismo infantil	2012	Belo Horizonte	Michele Araújo Santos; Maria de Fátima de Souza Santos	Psicologia & Sociedade
Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escola	2012	São Paulo	Isabel de Barros Rodrigues; Luiz Eduardo de V. Moreira; Rogério Lerner	Psicologia: teoria e prática
Intersubjetividade no olhar interdisciplinar sobre o brincar e a linguagem de sujeitos com risco psíquico	2015	São Paulo	Josiane Fernanda Vendruscolo; Ana Paula Ramos de Souza	Cefac
Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e auto eficácia da educadora	2015	Natal	Cláudia Sanini; Cleonice Alves Bosa	Estudos de Psicologia (Natal)

Fonte: Elaboração própria da autora, 2020.

Souza e Ganda (2018) apresentam em seu artigo um estudo de caso realizado no município de Patos de Minas/MG, com um estudante com autismo na educação infantil. As autoras também apresentam um levantamento bibliográfico sobre a temática em artigos e sites profissionais que contemplam duas áreas do conhecimento, a saber: Psicologia e Educação. A intenção juntamente com a professora era que o aluno se mostrasse interessado na aprendizagem no tempo dele, com suas limitações. Isso se efetivou com um olhar mais atento

do professor junto com sua equipe, após um mês fazendo adaptações com esse aluno e ensinando o básico o mesmo pode se desenvolver de maneira satisfatória.

Misquiatti et al (2014) realizaram um estudo descritivo-comparativo com um grupo de professores da rede municipal de educação da cidade São Paulo/SP, com o objetivo de analisar a compreensão dos professores sobre a comunicação nos transtornos do espectro do autismo. Para isto, os autores empregaram a aplicação de um questionário e também uma intervenção que consistiu em dois encontros, de quatro horas cada, conduzidos por fonoaudiólogos e entrega de manual de orientação sobre os transtornos do espectro do autismo, com ênfase em aspectos da comunicação e linguagem. Foram analisadas e comparadas as respostas pré e pós-intervenção. De modo que ocorreram duas aplicações do referido questionário, uma anterior e outra posterior a intervenção proposta. Os resultados apresentam um restrito conhecimento dos professores sobre a comunicação nos transtornos do espectro do autismo e efeitos positivos do procedimento de intervenção, por meio da análise comparativa entre as fases pré e pós-intervenção, que evidenciou aumento significativo de respostas adequadas sobre os transtornos do espectro do autismo.

Zaqueu et al (2015) desenvolveram um estudo na cidade de Barueri/SP, com objetivo inicial de analisar atrasos no desenvolvimento das crianças e sinais precoces de autismo, posteriormente, análises bivariadas. Foram realizadas para a verificação de eventuais associações entre os desfechos clínicos de interesse do estudo (desenvolvimento neuropsicomotor e sinais precoces de TEA) e características sociodemográficas da amostra e foram utilizados também alguns instrumentos como: I) Escala de Comunicação da Primeira Infância –*Pictorial Infant Communication Scales (PICS)* avalia AC e Orientação Social (OS). II) A Escala para Rastreamento Precoce de Autismo -*Modified Checklist for Autism in Toddlers (M-CHAT)* desenvolvida no formato autoaplicável para identificar sinais precoces. III) Teste de Triagem de Desenvolvimento de DENVER (Development Screening Test-II - DENVER II). De acordo com os autores, os resultados globais do Teste de DENVER II evidenciaram que 28,3% das 92 crianças da amostra apresentaram atrasos de desenvolvimento neuropsicomotor, sendo 61,5% meninos e 38,5% meninas. Apesar da frequência de atrasos terem sido maior entre os meninos, essa diferença não foi estatisticamente significativa entre os gêneros. No grupo de crianças que apresentou atraso de desenvolvimento, 53,90% apresentaram falhas em apenas uma área do desenvolvimento; 30,70% tiveram falhas em duas áreas e 7,70% falharam em três ou quatro áreas do desenvolvimento. As falhas mais comuns foram observadas nas atividades mais complexas da área de linguagem e na área pessoal-social. Os autores verificaram ainda que associações entre atrasos de desenvolvimento neuropsicomotor com certas características

sociodemográficas e pessoais da amostra: crianças que eram prematuras e aquelas cujas mães não haviam feito acompanhamento pré-natal tinham mais chances de apresentarem atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor que as crianças sem esse histórico,

Moxotó e Malagris (2015) desenvolveram uma pesquisa com 20 mães de crianças com Transtornos do Espectro Autista, acompanhadas em serviço interdisciplinar de atendimento ambulatorial formado por médicos, fonoaudiólogas, psicólogas, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. O objetivo era analisar o nível de stress das mesmas, para isto foi feito um roteiro de entrevista. Os resultados apontam que as mães encontravam-se com nível de stress alterado e algumas chegando a exaustão onde sintomas patológicos começavam a aparecer.

Marque e Bosa (2015) nesse trabalho usaram um banco de dados originais de Sanini (2006), tendo como método um Protocolo de Avaliação para Crianças com Suspeita de Transtornos do Espectro do Autismo – PRO-TEA que baseia-se em ser um estudo com o objetivo de qualificar tanto quantitativamente quanto qualitativamente comprometimentos característicos do TEA em crianças em idade pré-escolar e a delimitação foi composta por três grupos: crianças com autismo, síndrome de down e com desenvolvimento típico, sendo o primeiro formado por dez crianças do sexo masculino, seguido alguns parâmetros estabelecidos que a prevalência é maior nesse gênero, com idades entre 4 e 8 anos ($M=6,82$ anos; $SD=3,62$), selecionadas por conveniência, com base nos registros de escolas de educação especial. O grupo DT foi composto também por 10 crianças do sexo masculino, com idades entre 1 e 3 anos ($M=2,62$; $SD=1,64$), selecionadas em escolas de educação infantil, também por conveniência atesta (MARQUES; BOSA,2015). As crianças de todos os grupos foram comparadas em relação ao sexo e ao grau de linguagem verbal compreensiva e expressiva, com fundamentação no Inventário de Palavras. Foram descartadas medidas de QI ou de idade mental nas crianças para fins de comparação da análise. No intuito de lidar com esta limitação, decidiu-se por escolher as crianças dos grupos clínicos com no mínimo o dobro da idade cronológica em relação às crianças do grupo controle, visto que 60 a 70% das crianças com autismo possuem deficiência mental. De acordo com o autores, o PRO-TEA constitui-se como uma medida potencialmente válida para a avaliação de crianças com suspeita de autismo, considerando-se que alguns dos seus itens foram capazes de discriminar crianças com autismo dos controles, mesmo em uma amostra reduzida. Sendo de custo relativamente baixo, se comparado a medidas internacionais, este instrumento poderá ser útil nos serviços públicos de saúde. Por se tratar de uma medida observacional e direta, o instrumento complementa outros como questionários e entrevistas, baseados em informações obtidas com os pais/cuidadores.

Misquiatti et al (2015) realizaram uma avaliação da sobrecarga dos familiares cuidadores de indivíduos com incapacidades mental e física. Para isto, utilizaram a Versão brasileira da Escala Burden Interview, que verifica a sobrecarga dos cuidadores de indivíduos com incapacidades mental e física. A escala inclui 22 perguntas que englobam as áreas de saúde, vida social e individual, situação financeira, estabilidade emocional e relações interpessoais, grande parte dos cuidadores são mães que relatam ter dificuldade para dar prosseguimento em sua carreira e vida pessoal devido à sobrecarga. Os resultados observados mostraram que não houve diferença quanto à média do índice de sobrecarga do familiar cuidador de crianças com TEA e de crianças com transtornos de linguagem. Além disso, os dados revelaram que ambos os grupos de familiares estavam moderadamente sobrecarregados. Assim, os achados do presente estudo sugerem que cuidar de crianças com transtornos do espectro do autismo pode sobrecarregar seus familiares de modo semelhante ao de familiares de crianças com outros transtornos do desenvolvimento. Esses resultados relatam que não houve diferença quanto à média do índice de sobrecarga do familiar cuidador de crianças com TEA e de crianças com transtornos de linguagem. Além disso, os dados revelaram que ambos os grupos de familiares estavam moderadamente sobrecarregados. Assim, os achados do presente estudo sugerem que cuidar de crianças com transtornos do espectro do autismo pode sobrecarregar seus familiares de modo semelhante ao de familiares de crianças com outros transtornos do desenvolvimento. Por fim, destaca-se que o conhecimento dos fatores que influenciam a sobrecarga de cuidadores é mais um dado a ser agregado no planejamento de atenção e intervenção e pode auxiliar na elaboração de estratégias de orientação e assistência aos pacientes e seus cuidadores.

Rocha et al (2019) realizaram um estudo descritivo e exploratório de cunho quantitativo. As informações foram extraídas a partir de prontuários de crianças com idade de zero a 12 anos incompletos, que começaram o processo de testagem no serviço, apesar de muitas não terem concluídas a triagem. Toda a amostragem foi enviada com suspeita de diagnóstico de transtorno do espectro autista para o CER II de uma cidade do sul do Brasil. O objetivo deste estudo foi identificar a população de pessoas com espectro autista atendida por esse centro. Os resultados concluíram que as pesquisas feitas com grande parte desse público possui TEA leve e moderado, sendo a maioria no sexo masculino e ressalta-se a importância de mais pesquisas nessa área.

Rezende, Fleith e Alencar (2016) realizaram sete entrevistas semi estruturadas utilizando uma base de dados documentais da mãe e do filho que foram analisados que incluía o primeiro laudo, com objetivo de apresentar brevemente a trajetória de desenvolvimento de

uma criança superdotada que estava em processo de diagnóstico de uma suposta Síndrome de Asperger. Nas falas da mãe e dos diversos profissionais que acompanharam o menino constatou-se um grande questionamento acerca da confirmação desse diagnóstico. Pôde-se perceber, portanto, a dificuldade em se concluir essa identificação. Mesmo entre profissionais qualificados e experientes na área de altas habilidades, o tema é controverso.

Oliveira et al (2017) desenvolveram uma pesquisa qualitativa, de base documental para a investigação das publicações oficiais. O objetivo é orientar as equipes multiprofissionais assim como a família dos pontos de atenção da Rede SUS para o cuidado à saúde da pessoa com transtornos do espectro do autismo (TEA) nos diferentes pontos de atenção da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Com base na observação de diretrizes diagnósticas assim como diretrizes para o cuidado, torna-se possível traçar os pontos de divergência e convergência entre as concepções e diretrizes defendidas pelas publicações. As divergências se localizam na centralidade das redes de saúde (entre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e a Rede de Atenção Psicossocial), forma de abordagem (objetiva/técnica ou global), submissão à consulta pública, legislação de defesa de direitos, metodologias de cuidado e organização de rede.

Santos e Santos (2012) desenvolveram um estudo de temáticas que se caracteriza por fazer uma imersão no conjunto de dados obtidos analisando-os tentando entender a ideia de mundo do entrevistado sem deixar essas ideias encapsuladas, objetivando identificar as representações sociais que cada educador tem, assim como ideias de senso comum acerca do autismo. Conforme os autores foram possíveis compreender os principais temas que vão abrangendo se localizando em cada metáfora particular assim como incertezas acerca do que é o autismo e como o mesmo se constitui não tendo titulações e entendimentos acerca do mesmo restando incertezas recorrentes em um saber prático e no científico. Esse estudo teve como objetivo principal avaliar processos de ancoragem e objetivação e a função destes conteúdos (aproximação ou distanciamento). Como resultado os autores apontam que existe um cenário de incertezas, as professoras recorrem ao saber prático, posto em contradição ao saber científico. Ficando evidente a relação entre representações e práticas sociais, saber científico versus senso comum.

Rodrigues, Moreira e Lerner (2012) utilizaram em sua pesquisa entrevistas com seis professoras de uma rede pública. Após a fase de coleta de dados, as entrevistas foram transcritas literalmente e analisadas com base no referencial teórico da análise institucional do discurso (AID). O objetivo era analisar através dos discursos desses professores o que esperam desses alunos com algum tipo de transtorno. Os resultados apontam que as professoras se pautam pelo

currículo básico. Aceitando por meio das diretrizes básicas que este aluno é considerado como aluno problema.

Vendruscolo e Souza (2015), realizaram por meio de um estudo qualitativo, longitudinal de dezesseis crianças analisadas com algum tipo de risco psíquico, de um até dezoito meses, por base dos índices de Risco ao Desenvolvimento Infantil e entrevistas que foram reexaminadas, através de filmagens de 20 minutos, quando estavam entre 21 e 26 meses, com relação lúdica livre com suas mães. A observação foi feita por três clínicas com experiência nessa área com uma equipe multidisciplinar incluindo uma Psicóloga com objetivo de ver uma análise interdisciplinar como agiam no brincar bem como sua linguagem e riscos psíquicos. Eram 16 crianças e 12 delas, apesar de poderem simbolizar no percurso do brincar, apresentaram alterações na dimensão psicoafetiva e quando iam interagir com suas mães, e tiveram indicações de intervenção, clínica (08 crianças) ou orientações breves (04 crianças). Segundo os autores, tais resultados foram compatíveis com a ausência de alguns índices de desenvolvimento e presença de risco psíquico.

Sanini e Bosa (2015) trataram de um estudo exclusivo no qual integrou-se a professora de uma rede privada de educação infantil, com formação na área e especialização em psicopedagogia. E tinha na turma uma criança com autismo, quando iniciou seu trabalho estava formada há dois anos sendo essa escola pequena e mais antiga, entre berçários, refeitório e banheiros. O pátio era mais amplo com brinquedos. Quando foram coletados os dados eram atendidas 15 crianças sendo a equipe formada por duas professoras, uma pedagoga e outra diretora ambas exerciam mais de uma função. A entrevista realizada com a educadora, estruturada a partir de um questionário previamente desenvolvido com questões semi dirigidas, teve como eixos norteadores: conhecimento sobre o autismo; sentimentos em relação ao trabalho; práticas utilizadas; percepção sobre o desenvolvimento e aprendizagem da criança; e apoio e/ou orientação recebidos para entender o nível de conhecimento e como isso era eficaz na sua construção de ensinamento com o aluno. Devido à baixa formação acadêmica a educadora necessitava ser assegurada constantemente sobre suas práticas serem validas ou não.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Como declara a literatura, crianças com TEA, se diferem muito entre si, cada um possui suas características particulares, distinguindo-se assim de outras classes com deficiência e mesmo dos não deficientes, sendo mais difícil assim a busca por recursos e metodologias educativas a serem empregadas na mediação do seu desenvolvimento. Diante disso, deve ser utilizada uma gama de oportunidades de aprendizagem para ensinar habilidades e metas relativas a essa criança com TEA, o que acarreta a precisão da formação adequada desses profissionais com vão estar ao lado desse aluno. (MISQUIATTI, et al 2014)

De acordo com Santos e Santos (2012) o conceito TEA se originou marcado por contradições. Em 1943, o psiquiatra Leo Kanner (1997) compôs a síndrome a partir da análise clínica de onze crianças que, para ele, eram diferentes de qualquer quadro que já vira na psiquiatria. Esse termo foi usado pela primeira vez por Bleuler em 1911 para falar sobre um dos sintomas da esquizofrenia e adjetivado por Kanner como: distúrbio autístico de contato afetivo e as informações entravam em confronto quando faz uma análise sobre a linguagem dessas crianças se eram ou não capazes de se comunicar e por seguinte atribuiu uma origem psicossocial e uma causa especificamente genética acabou definindo como um distúrbio inato para o contato social sem capacidade de estabelecer contato afetivo.

Segundo Misquiatti et al (2014) a comunicação tem sido evidenciado pelos estudos como um dos pontos principais dos quadros de TEA, levando em consideração todos os aspectos determinados da linguagem. Partindo desse ponto isso tudo tem relação direta com a capacidade de interação social assim como modificações do seu comportamento. Vale ressaltar o papel fundamental que o professor que é um interlocutor de suma importância nesse processo para uma aprendizagem e desenvolvimento desses alunos com TEA, diante disso é entendível que esse profissional será é mediador primordial nesse processo.

De acordo com Moxotó e Malagris (2015) a família de maneira geral é o primeiro e principal grupo afetivo e social de uma pessoa, esse estresse exacerbado nesse contexto implica todos os demais, afetando dessa maneira todo um equilíbrio individual, e assim dissemina o impacto para outras áreas de sua vida.

Segundo Marques e Bosa (2015) são aconselháveis providências mais minuciosas ao nível cognitivo e de linguagem quando vamos analisar para um possível diagnóstico uma criança com suspeita de TEA, porém não há estudos nem tampouco instrumentos validados e modernos, no Brasil, para essa população pré-escolar, que sejam adequados, é entendível que

o comportamento dos pais com as crianças com TEA, pode ser mais direto e intrusivo em virtude das peculiaridades dessa crianças.

Para Marques e Bosa (2015) ainda que observados os dados que os instrumentos internacionais nesse segmento têm trazido, existem muitas dificuldades para sua execução como: precisão de treinamento com custo alto (caso dos instrumentos considerados “padrão-ouro”) grupos com extensas definições e principalmente separadas (comportamento/habilidade está ou não presente) e notícias dependentes dos cuidadores. Este último tópico demonstra uma restrição em nossa cultura, devida necessariamente a baixa escolaridade dos pais, por essa razão é fundamental que esse tipo de fonte de informação seja aliada a observação direta da criança.

Marques e Bosa (2015) pontuam que outro ponto de extrema importância é que existe um déficit de instrumentos de observação social e da brincadeira, que consigam ser utilizados na rede pública de saúde. É de suma importância que esses tenham um custo acessível, e também sejam de fácil aplicação e treinamento e que consigam ser administrados por profissionais de várias áreas da saúde. A análise direta do comportamento tem que, sobretudo, levar em conta as particularidades da expressão de cada comportamento dessas crianças com autismo, desse modo, não apenas o episódio de um dado comportamento em si que tenha acontecido ou não, mas analisar quanto tempo dura assim como sua particularidade e força. Apesar de o TEA, ter suas características por um desvio qualitativo do desenvolvimento, é justamente a qualidade desse comportamento que tender a perder relevo nas avaliações. Além do mais, o progresso dos desses comportamentos tender a ser lenta e sutil, em vários casos.

Segundo Misquiatti et al (2015) alguns autores concordam que modificações na organização familiar, como a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e o crescimento dos índices de divórcio trazem maiores problemas em relação às exigências de cuidar de pessoas com doenças crônicas graves. Nesse âmbito, a literatura ressalta os transtornos do espectro do autismo (TEA) como desordens do desenvolvimento da infância que pode acarretar alto índice de estresse em seus cuidadores, exclusivamente nas mães, podendo assim, como uma de suas consequências, o desenvolvimento de um quadro depressivo materno, o que pode afetar de maneira negativa, tanto a mãe quanto a criança.

De acordo com Misquiatti et al (2015) as funções designadas ao cuidador muitas vezes sem orientação apropriada e o suporte das instituições que atendem ao familiar sob cuidados, têm impacto sobre sua qualidade de vida. Desse jeito, o entendimento das interações da família com a doença permite ao profissional entender que os cuidadores também necessitam de cuidados, de explicações e de táticas para alívio do estresse. Sendo assim, poderão ter melhores condições de vida e, por consequência, poderão proporcionar um cuidado com mais qualidade

ao familiar doente. A atuação junto a tais elementos é um desafio para os profissionais da saúde e da educação, que demanda atenção Inter setorial para promoção da saúde geral das famílias e da comunidade.

Rocha et al (2019) que nos tempos atuais, as políticas públicas asseguram serviços de assistência especializada para as pessoas com deficiência dentro do Sistema Único de Saúde(SUS). Uma dessas políticas é o Centro Especializado em Reabilitação(CERII), originaria do Plano Viver Sem Limites, datado em 2011, mas implantada na Rede de Saúde de Cuidados à Pessoa com Deficiência, que objetiva promover independência e autonomia dessas mesmas, além de assegurar seus direitos. Um dos públicos atendidos no CERII são crianças com TEA (transtorno do espectro autista) que é designado primordialmente por prejuízos na comunicação e interação social, além de manifestar comportamentos estereotipados, com repetição e únicos. Os sintomas geralmente são diagnosticados no primeiro ano de vida. De acordo com a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Lei nº 12.764 de 27 de novembro de 2012, indivíduos com TEA, são classificadas como deficientes.

Para Rocha et al (2019) ainda que tenha carência de dados epidemiológicos dos países em desenvolvimento, até o ano de 2016, nosso país estava entre os poucos países que fazem pesquisas nesse campo. O indicador mais usado nos tempos modernos é o do Center for Disease Control, que mostrou um predomínio de um para cada 68 crianças com TEA, sendo assim, uma taxa de 1,47%. Quanto à população infantil com TEA no Brasil, pressupõe-se que na faixa etária de crianças na fase pré-escolar de zero a quatro anos de um total de 16.386.239 crianças, 114.704 poderiam ser diagnosticadas com TEA. Dessa maneira é imprescindível pesquisas sobre os dados epidemiológicos sobre as crianças com TEA. Com esses dados em mãos as políticas públicas fomentariam formulações com maior entendimento sobre essas demandas. Além disso, os autores enfatizam que há carência de dados epidemiológicos no Brasil relacionados a essa população, sobretudo em serviços do SUS, como o CER.

De acordo com Rezende et al (2016) o diagnóstico correto e precoce é o que permite o planejamento adequado da intervenção e o suporte necessário aos pais e professores. Para estes autores, é preciso identificar assim a relevância de mais estudos nessa área que analisem todo esse percurso na identificação de dupla excepcionalidade e qualifiquem os obstáculos enfrentados pela família e por profissionais.

Segundo Oliveira et al (2017) o enfrentamento atrasado do problema fez com que a construção contemporânea da política pública brasileira para o autismo fosse manifestada por dois grupos diferentes que, historicamente, manifestaram suas ações de maneira conjunta, mas

em paralelo: sendo em um eixo o grupo formado em sua maior parte, por trabalhadores e gestores do campo da Atenção Psicossocial, além de partidários da Reforma Psiquiátrica, integrantes das ações diretamente ligadas à política pública de saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS). De outro, as associações de pais e familiares de autistas, que iniciaram a construção de suas próprias estratégias assistenciais para os filhos, em um período do século XX, dos anos 80, marcado pela lacuna de recursos públicos destinados ao atendimento dessa clientela.

Considera-se que as associações de familiares e pais conduziram o protagonismo da discussão acerca do autismo no Brasil, justamente no decorrer do período composto pela lacuna assistencial do Estado brasileiro quanto ao cuidado ao TEA, seguidamente o surgimento da política pública de saúde mental, esses serviços de atenção psicossocial (CAPSi) findaram por angariar, como política do Estado, maior protagonismo na definição dos rumos políticos da assistência ao autismo no Brasil. Consta-se que, embora esse movimento tenha proporcionado a inclusão e o reconhecimento do autismo no objetivo das políticas públicas de saúde no nosso país, tal reconhecimento se deu por meio de particularidades e concepções distintas daquelas historicamente sustentadas pelos familiares e associações. (OLIVEIRA et al, 2017).

Segundo Oliveira et al (2017) a política dessas instituições (política da atenção psicossocial) contradizia alguns pontos, das ideias de tais associações. E muito provável o fato de não sentirem que estavam sendo considerados muitos aspectos da proposta de saúde mental fizeram esses familiares buscarem alternativas e parcerias em outros locais com mais aceitação de suas concepções e até do que buscavam (os movimentos e políticas em prol das pessoas com deficiência) e até mesmo a tentar instituir um campo próprio e exclusivo para o TEA.

A falta de recursos e instituições públicas designadas ao acolhimento dos TEA e sua família fez com que alguns pais se lutassem com suas próprias iniciativas, criando assim associações de divulgação e conhecimento um ajudando o outro, aos moldes de experiências parecidas encontradas na Europa e nos EUA. O grupo originário no nosso país foi a AMA-SP Associação dos Amigos dos Autistas de São Paulo em 1983. Seu principal propósito era motivar a busca por conhecimento e troca de experiências (OLIVEIRA, et al 2017).

Com essa mobilização advinda das famílias foi aprovada uma lei federal específica para o autismo. Em 27 de dezembro de 2012, foi validada a Lei nº 12.764 que “Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno (OLIVEIRA et al 2017).

Para Rodrigues; Moreira; Lerner (2012) as adversidades que vão sendo identificadas com todo desenvolvimento da inclusão fazem com que os professores rotulem esses alunos como problema, alegando sempre a utilidade de um tratamento paralelo que ajude no cotidiano.

A impressão de não saber como fazer e se está fazendo de maneira correta causa desconforto nesses profissionais.

Sendo cada aluno diferente não possui um método exato, esse é o grande desafio da inclusão, não existir um padrão, sendo assim não existe nenhum limite que delimite essa relação aluno-professor e seu tratamento no desenvolver de suas atividades, e primordial entender a perspectiva dessa relação e o que se espera dela no dia a dia da sala de aula. (RODRIGUES; MOREIRA; LERNER, 2012)

Para Vendruscolo, Souza (2015) apud Winnicot brincar é essencial na clínica da infância, tanto falando em fatores cognitivos como psicoafetivos, tem total relação com a linguagem e como está se desenvolve a magnitude psicoafetiva engloba a constituição psíquica que tem relação com a estruturação da personalidade dessa crianças, ela desenvolve questões sociais e emocionais, ainda discorre acerca da primeira experiência da onipotência é como surge a brincadeira. Como vai entender e estabelecer esse papel de confiança se inicia no elo mãe-bebe.

Várias vezes, a falta de entendimento sobre os limites e as potencialidades de uma criança com TEA, gera um insegurança em como a mesma vai se desenvolver assim como do que ela é capaz com relação a sua aprendizagem, isso faz com que haja uma redução em como vai potencializar essa criança reforçando mitos que ela vive em um mundo alheio ao seu alcance. (VENDRUSCOLO; SOUZA, 2015).

Sanini e Bosa (2015) pontuam que estar ciente dessas particularidades é parte fundamental para que essa criança se desenvolva em sua plenitude a auto eficácia é constructo da Psicologia do Desenvolvimento e contribui para o entendimento dos fatores que influenciam a pratica desse professor sua dinâmica, a educação infantil é um grande desafio, pois nessa fase geralmente os pais recebem o diagnósticos de seus filhos e os professores que lidam com os primeiros impactos dessa experiência Entender esses modos únicos de se situar nesse mundo ajuda na melhor compreensão de como o professor pode influenciar o aluno de maneira positiva como essa relação vai se estabelecer.

Misquiatti et al (2014) aborda como esse professor vai atuar e sua qualificação é muito relevante sendo o mediador que vai estar lado a lado com aluno sendo, ele não é tão somente o intercessor nesse processo de inclusão, seu papel tem fundamental importância fora dentro de todo o ambiente escolar, e como esse vai receber e atender as crianças de forma certa de maneira assistida é um ponto primordial. Quando os professores entendem de um modo favorável seu relacionamento com as crianças com TEA, existe uma relevante melhora em condições comportamentais assim como sociais dentro da sala de aula, dentro da literatura existe

indicadores que, uma das opções para facilitar a construção de todo um cenário social inclusivo, acolhedor e cooperativo dentro do meio escolar, retrata o desenvolvimento de orientações de intervenção por parte do psicólogo juntamente com a equipe com direção aos inúmeros segmentos de pessoas que constituem o meio social dos mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos é possível identificar várias dificuldades que as pessoas com necessidades especiais enfrentam, nesse percurso muitas barreiras foram quebradas com a intenção de uma educação mais justa e igualitária, fazendo com que o acompanhamento dessas crianças seja eficaz estabelecem-se normas visando que as mesmas necessitam de uma assistência diferente, e colocando-as em prática para que os mesmos entendam que a instituição está apta para ensinar de maneira integra e menos institucionalizada.

Envolver as crianças com que precisam de uma Educação Especial é uma tarefa conjunta onde professor e família trabalham juntos trocando informações, nesse perspectiva professor tem que estar apto para atender essa demanda e a família com o dever de perpetuar os ensinamentos dando continuidade fora do meio educacional.

O papel do psicólogo nesse contexto tem fundamental importância tanto no diagnóstico precoce que facilita a inclusão dessa criança assim como um melhor acompanhamento e entendendo suas limitações e a maneira que deve criar esse vínculo. Ter sempre presente um profissional que de suporte e esteja apto para garantir que o mesmo se desenvolva dentro do contexto escolar de maneira integra atendendo suas demandas, esse profissional deve acompanhar essa criança durante toda a etapa de execução de suas atividades pedagógicas.

Diante das pesquisas salientadas conclui-se que os professores tem diminuído conhecimento sobre a comunicação de pessoas com TEA, se não tem formação suficiente sobre esse assunto. Os dados analisados também mostram que uma intervenção precoce é de suma importância, pois assim se torna mais fácil atender essa demanda e adquirir um manejo diante desses alunos, o que implica um foco maior por meio dos gestores e governantes acerca desse público. (MISQUIATTI et al 2014)

Existem muitos estereótipos das pessoas com TEA, considerado como incomum e indiferente, e uma idealização por parte dos pais do filho perfeito e dos professores do aluno exemplo, isso acarreta muitas expectativas que nem sempre são supridas, pois cada pessoa tem seu tempo e se desenvolve do seu jeito, considerando isso é essencial que os professores tenham aperfeiçoamento para acolher um aluno com TEA, e que a família entenda as peculiaridades desse individuo para uma melhor adequação no ambiente inserido.

REFERÊNCIAS

- MARQUES, Daniela Fernandes; BOSA, Cleonice Alves. **Protocolo de Avaliação de Crianças com Autismo: Evidências de Validade de Critério**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 31, n. 1, p. 43-51, Mar. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722015000100043&lng=en&nrm=iso>. accesson 03 June 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015011085043051>.
- MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes .**Sobrecarga familiar e crianças com transtornos do espectro do autismo: perspectiva dos cuidadores**. Rev. CEFAC, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 192-200, Feb. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462015000100192&lng=en&nrm=iso>. access on 04 June 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0216201520413>.
- MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes et al. **Comunicação e transtornos do espectro do autismo: análise do conhecimento de professores em fases pré e pós-intervenção**. Rev. CEFAC, São Paulo , v. 16, n. 2, p. 479-486, Apr. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462014000200479&lng=en&nrm=iso>. Acesso on 03 June 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-0216201418712>.
- MOXOTO, Glória de Fátima Araújo; MALAGRIS, Lucia Emmanoel Novaes. **Avaliação de Treino de Controle do Stress para Mães de Crianças com Transtornos do Espectro Autista**. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre , v. 28, n. 4, p. 772-779, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722015000400016&lng=en&nrm=iso>. access on 03 June 2020. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528415>.
- OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro de .**Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação**1. Physis, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 707-726, jul. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000300707&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000300017>.
- ROCHA, CARLA CECÍLIA .**O perfil da população infantil com suspeita de diagnóstico de transtorno do espectro autista atendida por um Centro Especializado em Reabilitação de uma cidade do Sul do Brasil**. Physis, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, e 290412, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312019000400610&lng=en&nrm=iso>. accesson 04 June 2020. Epub Nov 25, 2019. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312019290412>.
- RODRIGUES, Isabel de Barros; MOREIRA, Luiz Eduardo de V.; LERNER, Rogério. **Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar**1. Psicol. teor. prat., São Paulo , v. 14, n. 1, p. 70-83, abr. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872012000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 jun. 2020.

SANINI, Cláudia; BOSA, Cleonice Alves. **Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora.** *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 20, n. 3, p. 173-183, Sept. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2015000300173&lng=en&nrm=iso>. access on 04 June 2020. <http://dx.doi.org/10.5935/1678-4669.20150019>.

SANTOS, Michele Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Representações sociais de professores sobre o autismo infantil.** *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 364-372, Aug. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200014&lng=en&nrm=iso>. access on 04 June 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200014>.

Souza, M., & Ganda, D. R. (2018). **A inclusão do aluno autista na educação infantil: um relato de caso.** *Psicologia E Saúde Em Debate*, 4(Suppl1), 37-37. Recuperado de <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/383>.

VENDRUSCOLO, Josiane Fernanda; SOUZA, Ana Paula Ramos de. **Intersubjetividade no olhar interdisciplinar sobre o brincar e a linguagem de sujeitos com risco psíquico.** *Rev. CEFAC*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 707-719, June 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462015000300707&lng=en&nrm=iso>. access on 04 June 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-0216201514814>.

VILARINHO-REZENDE, Daniela; DE SOUZA FLEITH, Denise; LIMA SORIANO ALENCAR, Eunice Maria. **Desafios no diagnóstico de dupla excepcionalidade: um estudo de caso** Challenges in dual exceptionality's diagnosis: a case study Desafios en el diagnóstico de doble excepcionalidad: un estudio de caso. *Revista de Psicología*, Lima, v. 34, n. 1, p. 61-84, 2016. Disponible en <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0254-92472016000100004&lng=es&nrm=iso>. accedido en 04 jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.18800/psico.201601.003>.

ZAQUEU, Livia da Conceição Costa. **Associações entre Sinais Precoces de Autismo, Atenção Compartilhada e Atrasos no Desenvolvimento Infantil.** *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 293-302, Sept. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722015000300293&lng=en&nrm=iso>. access on 03 June 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015032243293302>.